



Número: **0811960-59.2019.8.15.0001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Cível de Campina Grande**

Última distribuição : **23/05/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
AUGUSTO YGOR GOMES (AUTOR)		INACIO BRUNO SARMENTO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
34870649	29/09/2020 12:39	Petição	Petição
34870654	29/09/2020 12:39	2640582_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_Anexo_02	Outros Documentos
34870661	29/09/2020 12:39	2640582_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_01	Outros Documentos
34862638	29/09/2020 11:11	APELAÇÃO	Apelação
34863065	29/09/2020 11:11	APELAÇÃO	Outros Documentos
34856306	29/09/2020 09:40	Mandado	Mandado
34856305	29/09/2020 09:40	Mandado	Mandado

EM ANEXO





N° DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	N° DA CONTA JUDICIAL
0		23/09/2020	3331	1600124598650
DATA DA GUIA	N° DA GUIA	N° DO PROCESSO	TRIBUNAL	TIPO DE JUSTIÇA
22/09/2020	2640582	08119605920198150001	TRIBUNAL DE JUSTICA	ESTADUAL
COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
CAMPINA GRANDE	2 VARA CIVEL	RÉU	200,00	
NOME DO RÉU/IMPETRADO	TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ		
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	Jurídica	09248608000104		
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE	TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ		
AUGUSTO YGOR GOMES	Física	07203967433		
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
2A42B3F02FE7C1D5				
CÓDIGO DE BARRAS				





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE/PB

Processo: 08119605920198150001

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **AUGUSTO YGOR GOMES**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do **RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

Termo em que,
Pede Juntada.

CAMPINA GRANDE, 25 de setembro de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB



APELAÇÃO EM ANEXO.





**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA
CÍVEL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE - PB**

Processo nº: 0811960-59.2019.8.15.0001

AUGUSTO YGOR GOMES, já qualificado nos autos da Ação de Indenização de Seguro DPVAT, processo em epígrafe, que move em face da SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A, também já qualificada nos autos, vem, por via de seu procurador que esta subscreve, não se conformando com a sentença proferida, interpor o presente:

RECURSO DE APELAÇÃO

Com base nos arts. 1.009 a 1.014, ambos do CPC/15, requerendo, na oportunidade, que o recorrido seja intimado para, querendo, ofereça as contrarrazões e, ato contínuo, sejam os autos, com as razões anexas, remetidos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba para os fins de mister.

Nestes termos,

Pede e Espera Deferimento.

Campina Grande - PB, em 29 de Setembro de 2020.

Inácio Bruno Sarmento
-Advogado-
OAB/PB 21.472

Av. Dinamérica Alves Correia, 1020 Loja 02 - Dinamérica, Campina Grande - PB
(83)3334-1289/99988-5048/98769-2274
inaciobrunoadv@gmail.com





RAZÕES RECURSAIS

Apelante: AUGUSTO YGOR GOMES

Apelada: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS S/A

Origem: 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE-PB

PROCESSO Nº: 0811960-59.2019.8.15.0001

EGRÉGIO TRIBUNAL,

COLEDA CÂMARA

Eméritos Desembargadores,

I - DOS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE

Cabe destacar a isenção do preparo em razão de o apelante ser beneficiário da assistência judiciária gratuita, conforme dispõe a Lei 1060/50, conforme declaração de hipossuficiência financeira, devidamente concedida, acostada aos autos.

O presente recurso é próprio, tempestivo, o apelante é parte legítima, com interesse processual, devidamente representado, conforme se verifica, portanto, preenchido os pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade.

I I- BREVE SÍNTESE DO PROCESSO

O Recorrente propôs Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório em desfavor da requerida objetivando receber o valor integral da indenização pertinente ao seguro DPVAT por invalidez, decorrente ao acidente de trânsito.

Foi deferido ao autor o benefício da assistência judiciária gratuita, após a requerida foi citada e contestou à presente demanda, vieram os autos para Replica.

A ação foi julgada procedente em parte, segue teor:

Sendo assim, pelas razões acima expostas, **julgo improcedente o pedido**, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, condenando a parte promovente, por consequência, ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, na forma do art. 85, §§ 2º e 6º do CPC, cuja cobrança ficará suspensa nos termos do art. 98, § 3º, do CPC.

Breve é o relatório.

III – RAZÕES DA REFORMA

Av. Dinamérica Alves Correia, 1020 Loja 02 - Dinamérica, Campina Grande - PB
(83)3334-1289/99988-5048/98769-2274
inaciobrunoadv@gmail.com



A r. Sentença proferida pelo juiz *a quo* na Ação de Indenização proposta pelo apelante em face do apelado, fere dispositivos legais da Lei nº 11.945/2009.

Nobres julgadores, a sentença foi prolatada com base em **LAUDO PERICIAL, ELABORADO POR PROFISSIONAL ESTRITAMENTE COMPETENTE**, bem como toda a documentação anexada ao caderno processual corrobora o nexo causal do acidente automobilístico.

O apelante, com base no laudo pericial, discorda da sentença prolatada, requerendo sua reforma, em face do laudo médico ID (33578197/33578702) onde ficou constatado perda parcial de **25% DE MEMBRO INFERIOR DIREITO E 10% DE MÃO DIREITA**.

INSTA RESSALTAR QUE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA ACOSTADA AO AUTOS ID 21408879/21408873 CONSTA NO PRONTUÁRIO QUE O AUTOR SOFREU FRATURA DE METACARPO, ONDE FOI REALIZADO O TRATAMENTO CONSERVADOR, VEJAMOS:

HTCG-Painel Administrativo

Cirurgião

EXAME PRIMÁRIO - DA CLÍNICOS

Paciente trazido pelo SAMU em prancha rígida e com color cutâneo devido colisão com moto há cerca de 1h. O mesmo encontra-se sem consciência. Não responde em olhos, pupila, tônus, reflexos, não responde a teste de equilíbrio. Apresenta dor forte em **MED e MSD.**

ALERGIA: neg

MEDICAMENTOS: neg

PATOLOGIAS: neg

EXAME FÍSICO

PUPILAS ☒ Etorreagentes ☒ Isocóricas ☐ Anisocóricas ☐ 30.05.17

Glasgow 15 RA HGT. SatO2

A - via aérea patula
B - suplexão em AA
C - estável hemodinamicamente
D - Glasgow 15
E - fratura exposta em MED e MSD

EXAMES SOLICITADOS:

() Laboratoriais () Ultrassonografia:
 () Gasometria arterial ☒ Radiografias: MED e MSD
 () Tomografia Computadorizada ()

SOLICITAÇÃO DE PARECER MÉDICO:

Av. Dinâmica Alves Correia, 1020 Loja 02 - Dinâmica, Campina Grande - PB
 (83)3334-1289/99988-5048/98769-2274
 inaciobrunoadv@gmail.com

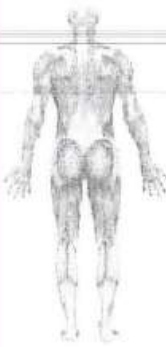
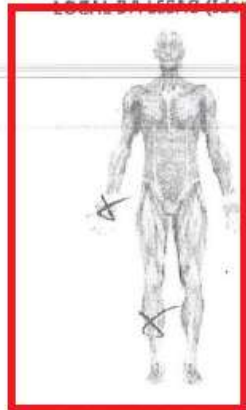


CRM:

OBS FICHA:

MECANISMOS DO TRAUMA

Localize a lesão (identifique o local com o número correspondente ao lado)



- | | |
|-------------------------|----------------------------|
| 1. Abrasão | 19. Fratura óssea fechada |
| 2. Amputação | 20. Fratura óssea aberta |
| 3. Avulsão | 21. Hematoma |
| 4. Contusão | 22. Ingurgitamento venoso |
| 5. Crepitação | 23. Laceração |
| 6. Dor | 24. Lesão tendinosa |
| 7. Edema | 25. Luxação |
| 8. Empalhamento | 26. Mordedura |
| 9. Enfisema subcutâneo | 27. Movimento torácico par |
| 10. Esmagamento | 28. Objeto Encaixado |
| 11. Equimose | 29. Otorragia |
| 12. F. Arma branca | 30. Paralisia |
| 13. F. Arma de fogo | 31. Parosia |
| 14. F. Cortado | 32. Paréstesia |
| 15. F. Cortante | 33. Queimadura |
| 16. F. Corto-contuso | 34. Rinorragia |
| 17. F. Perfuro-contuso | 35. Sinais de isquemia |
| 18. F. Perfuro-cortante | 36. |

OBS:

CONFORME O PRONTUARIO E PRIMEIRA FICHA DE ATENDIMENTO HOSPITALAR É COMPROVADO O NEXO CAUSAL (LESÕES EM MEMBRO SUPERIOR E INFERIOR) ENTRE AS LESÕES ESPECIFICADAS NO LAUDO MÉDICO JUDICIAL.

GOVERNO DA PARAIBA SECRETARIA DE SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

Diagnóstico

FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

Paciente: AUGUSTO YAGZ

Alcamento: 8 Leito: 4 Convênio:

Data: 17/10 Prescrição Médica: DIETALivre, SGL 1800ML EV 24H, CENTRADO 100 ML EV 12/24H, supe 3

Horário: 8:00

Evolução Médica: OTORRAGIA

GOVERNO DA PARAIBA SECRETARIA DE SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

Diagnóstico

FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

Paciente: AUGUSTO YAGZ

Alcamento: 8 Leito: 4 Convênio:

Evolução Médica:

ADEMAIS O ATESTADO MÉDICO ANEXADO ID 21408873 AO CADERNO PROCESSUAL OS CIDS RELATADOS DEMONSTRAM AS DUAS LESÕES QUE DECORRERAM DO ACIDENTE, COMPROVANDO O NEXO CAUSAL, DENVENDO A SENTENÇA SER REFORMADA COM BASE EM TODA A DOCUMENTAÇÃO MÉDICA.

Av. Dinâmica Alves Correia, 1020 Loja 02 - Dinâmica, Campina Grande - PB
(83)3334-1289/99988-5048/98769-2274
inaciobrunoadv@gmail.com



CIDS: S82 (FRATURA DE PERNA) E S62 (FRATURA AO NÍVEL DE PUNHO E MÃO).

GOVERNO DA PARAIBA SECRETARIA DE SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERREIRA

ATESTADO

ATESTAMOS PARA OS DEVIDOS FINS QUE O(A) SR. (A): Augusto Vitor Gomes
PORTADOR(A) DA CARTEIRA PROFISSIONAL Nº. _____
SÉRIE _____ ESTEVE INTERNADO(A) NESTA UNIDADE HOSPITALAR SUBMETENDO-SE A
TRATAMENTO ESPECIALIZADO DE ENTIDADE NOSOLÓGICA DE Nº S82 + S62 NO CID. DURANTE
O PERÍODO DE 31.10.18 A 22.10.18 NECESSITANDO DE
90 (noventa) DIAS DE AFASTAMENTO DE SUAS ATIVIDADES.
Campina Grande 22.10.18 Ass. do Médico - Nº. do CRM _____

AUTORIZAÇÃO

Eu, _____ autorizo o
Dr., _____ a registrar o diagnóstico
codificado CID ou por extenso neste atestado médico.

Íncrito Julgadores, conforme tabela DPVAT da Lei nº 6.194/74, o valor correspondente a quantificação da lesão do autor corresponderia há **MEMBRO INFERIOR: R\$2.362,50** (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos) e **MÃO: R\$945,00** (novecentos e quarenta e cinco reais), descontando o valor administrativamente já quitado, o autor teria o valor remanescente a receber de **R\$ 945,00 (NOVECIENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS)**.

Nesse sentido a sentença deve ser reformada com base na a Lei nº 6.194/74 e sua tabela gradativa, bem como a lesão quantificada do autor.

DANOS CORPORAIS SEGMENTARES (PARCIAIS) REPERCUSSÕES EM PARTES DE MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES	PERCENTUAL DA PERDA (%)	TOTAL (100%)	INTENSA (75%)	MÉDIA (50%)	LEVE (25%)	RESIDUAL (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores						
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos						

b.2.1) Informar o grau de incapacidade definitiva da vítima, segundo o previsto na alínea II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com relação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento anatómico	1º Lesão	2º Lesão	3º Lesão
Membro inferior direito	<input checked="" type="checkbox"/> 10% Residual <input checked="" type="checkbox"/> 25% Leve <input type="checkbox"/> 50% Média <input type="checkbox"/> 75% Intensa	<input checked="" type="checkbox"/> 10% Residual <input type="checkbox"/> 25% Leve <input type="checkbox"/> 50% Média <input type="checkbox"/> 75% Intensa	<input type="checkbox"/> 10% Residual <input type="checkbox"/> 25% Leve <input type="checkbox"/> 50% Média <input type="checkbox"/> 75% Intensa
Mão direita	<input checked="" type="checkbox"/> 10% Residual <input type="checkbox"/> 25% Leve <input type="checkbox"/> 50% Média <input type="checkbox"/> 75% Intensa	<input type="checkbox"/> 10% Residual <input type="checkbox"/> 25% Leve <input type="checkbox"/> 50% Média <input type="checkbox"/> 75% Intensa	<input type="checkbox"/> 10% Residual <input type="checkbox"/> 25% Leve <input type="checkbox"/> 50% Média <input type="checkbox"/> 75% Intensa

Av. Dinâmica Alves Correia, 1020 Loja 02 - Dinâmica, Campina Grande - PB
(83)3334-1289/99988-5048/98769-2274
inaciobrunoadv@gmail.com



Nesse sentido, faz jus ao Apelante ao valor de indenização referentes as suas lesões sofridas com base na legislação pátria o valor de **R\$ 945,00 (NOVECIENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS)**.

Aduz mencionar a Súmula 474 do STJ que esclarece que o beneficiário será pago na proporção do grau de sua invalidez.

Súmula 474

“A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

Diante do exposto requer que a respeitável sentença seja reformada, para que **seja corrigido o valor da condenação à respeito da indenização, para que a mesma esteja em conformidade com a LEI Nº 11.945/2009 E A SÚMULA 474 do STJ, estando o valor em consonância com as lesões sofridas no acidente, especificadas no laudo Médico e na documentação médica do caderno processual.**

IV – REQUERIMENTO

Em virtude do exposto, o Apelante requer que o presente recurso de apelação seja CONHECIDO e, quando de seu julgamento, seja totalmente PROVIDO para reformar a sentença, para condenar o apelado ao pagamento da indenização securitária DPVAT no valor de **R\$ 945,00 (NOVECIENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS)**, estando esse de acordo com as lesões sofridas pelo apelante e em consonância com o Laudo médico elaborado e de acordo com a Lei 11.945/2009 e a súmula 474 do STJ, por ser de inteira Justiça.

Nestes termos,

Pede e Espera Deferimento.

Campina Grande - PB, em 29 de Setembro 2020.

Inácio Bruno Sarmento
-Advogado-
OAB/PB 21.472

Av. Dinamérica Alves Correia, 1020 Loja 02 - Dinamérica, Campina Grande - PB
(83)3334-1289/99988-5048/98769-2274
inaciobrunoadv@gmail.com





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
2ª VARA CÍVEL – COMARCA DE CAMPINA GRANDE

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Processo nº 0811960-59.2019.8.15.0001

AUTOR: AUGUSTO YGOR GOMES

Advogado do(a) AUTOR: INACIO BRUNO SARMENTO - PB21472

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Advogado do(a) REU: SUELIO MOREIRA TORRES - PB15477

Em cumprimento a sentença prolatada nos autos, **INTIMO** a parte **promovente** na pessoa de seu Procurador e Advogado(a), **acima indicado(a)**, de todo teor da sentença referenciada, conforme abaixo transcrita:

Campina Grande-PB, 29 de setembro de 2020

De ordem, ODILIO ARRUDA LIMA

ANALISTA/TÉCNICO JUDICIÁRIO

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

SENTENÇA

Vistos.



Tratam os presentes de ação de cobrança complementar de seguro obrigatório DPVAT permanentes à parte promovente. Pede-se o pagamento do seguro DPVAT, conforme preceitos das Leis n. 11.482/2007 e 11.945/2009.

Regularmente citada, a promovida apresentou contestação com arguição das preliminares administrativas. No mérito, alegou ausência de nexo causal e pugnou, em caso de procedência,

Após a juntada do exame pericial, do qual as partes foram devidamente intimadas, vieram-
r

É o breve relatório. Passo a decidir.

1. PRELIMINARMENTE

-

1.1 Documento essencial à propositura da ação e pagamento administrativo

Em sede de contestação, a parte promovida alegou que o promovente teria recebido o valor

Entretanto, é cediço que eventual complementação dos valores recebidos encontra ressonância

DIREITO CIVIL. SEGURO EM GRUPO. PRESCRIÇÃO ANUAL. TERMO A QUO DO PRAZO DO RECURSO PROVIDO.

I - O recibo firmado pelo segurado dando plena e geral quitação à seguradora não tem

II - No prazo prescricional da ação que envolve contrato de seguro, segundo entendimento em que o segurado teve ciência inequívoca da sua invalidez e da extensão da incapacidade (RESP 257596/SP, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, Com essas considerações, rejeito esta preliminar arguida na contestação.

Em relação à preliminar de falta de documento imprescindível ao exame da questão, no caso, documentação necessária à sua deflagração, cabendo ao Estado – Juiz a avaliação de sua

Passo à análise do mérito.

2. MÉRITO

-

Antes de adentrarmos na seara meritória do feito, cabe frisar, por oportuno, que o acórdão da matéria em exame deve ser analisada sob a égide da Lei n. 6.194/1974 em vigência à época das Leis 11.482/2007 e pela Lei n. 11.945/2009, em estrita observância ao princípio do *tempus regit actus* do Direito Brasileiro.[1]



Feitas estas considerações iniciais, temos que o art. 3º, *caput* e § 1º, da Lei n. 6.194/1974, e

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei são: I - a morte; II - a invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, e III - a indenização por danos materiais, no caso de comprovadas.

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de comprovadas.

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em com
funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que a repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) e a percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. (Grifo nosso)

Conforme se verifica do dispositivo acima transcrito, seu inciso II, combinado com o § 1º c) consequente, o valor da indenização limitado até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) de seu enquadramento no rol de debilidades que compõe o Anexo único da norma citada e

Seguindo os parâmetros delineados na tabela constante no anexo acima mencionado, e noticiado na inicial, resultou à parte autora uma debilidade permanente de 25% (vinte e cinco por cento) correspondendo a R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)

Quanto à lesão da mão direita detectada no laudo pericial, no caso dos autos, a causa foi submetida a cirurgia de osteossíntese para fixação (placas/pinos) sobre a existência de lesão na mão direita, o que justificaria eventual indenização por congruência, deixo de condenar em relação à lesão citada, como forma de evitar prolação de coisa distinta daquela que foi postulada.

Portanto, sendo fato incontroverso que o autor recebeu no âmbito administrativo R\$ 2.000,00 (dois mil reais), não há fundamento para o pedido de complementação de indenização requerido



Sendo assim, pelas razões acima expostas, **julgo improcedente o pedido**, com resolução condenando a parte promovente, por consequência, ao pagamento das custas processuais sobre o valor da causa, na forma do art. 85, §§ 2º e 6º do CPC, cuja cobrança ficará suspen-

Em caso de recurso de apelação, intime-se a parte contrária para querendo apresentar contínuo, decorrido o prazo assinalado, com ou sem resposta da parte apelada, remetam-se independentemente de nova conclusão (art. 1.010, § 3º, CPC/2015).

Havendo interposição de recurso adesivo pela parte apelada, intime-se a parte apelante para cumprindo-se em seguida a determinação acima, quanto à parte final (art. 1.010, § 2º, CPC).

Não havendo a interposição de recurso nos autos, certifique o trânsito em julgado e, o procedimento legal.

Libere-se em favor do(a) perito(a) nomeado(a) os valores devidos.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Campina Grande , 16 de setembro de 2020.

Ely Jorge Trindade

Juiz de Direito

[1]Nesse sentido: APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. Acidente de trânsito ocorreu **caso é a da época em que se deu o sinistro**, ou seja, a Lei 6.194/74, no seu texto original. Desnecessidade de comprovação todos os requisitos legais na época do sinistro. Direito adquirido. [...] (Apelação Cível Nº 70006726574, Sexta Câmara Cível do TJRN)







PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
2ª VARA CÍVEL – COMARCA DE CAMPINA GRANDE

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Processo nº 0811960-59.2019.8.15.0001

AUTOR: AUGUSTO YGOR GOMES

Advogado do(a) AUTOR: INACIO BRUNO SARMENTO - PB21472

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Advogado do(a) REU: SUELIO MOREIRA TORRES - PB15477

Em cumprimento a sentença prolatada nos autos, **INTIMO** a parte **promovida** na pessoa de seu Procurador e Advogado(a), **acima indicado(a)**, de todo teor da sentença referenciada, conforme abaixo transcrita:

Campina Grande-PB, 29 de setembro de 2020

De ordem, ODILIO ARRUDA LIMA

ANALISTA/TÉCNICO JUDICIÁRIO

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

SENTENÇA

Vistos.

Tratam os presentes de ação de cobrança complementar de seguro obrigatório DPV/ permanentes à parte promotora. Pede-se o pagamento do seguro DPVAT, conforme preceitos das Leis n. 11.482/2007 e 11.945/2009.



Regularmente citada, a promovida apresentou contestação com arguição das preliminares administrativas. No mérito, alegou ausência de nexo causal e pugnou, em caso de procedência,

Após a juntada do exame pericial, do qual as partes foram devidamente intimadas, vieram-se

É o breve relatório. Passo a decidir.

1. PRELIMINARMENTE

-

1.1 Documento essencial à propositura da ação e pagamento administrativo

Em sede de contestação, a parte promovida alegou que o promovente teria recebido o valor

Entretanto, é cediço que eventual complementação dos valores recebidos encontra ressonância

DIREITO CIVIL. SEGURO EM GRUPO. PRESCRIÇÃO ANUAL. TERMO A QUO DO PRAZO. RECURSO PROVIDO.

I - O recibo firmado pelo segurado dando plena e geral quitação à seguradora não tem

II - No prazo prescricional da ação que envolve contrato de seguro, segundo entendimento

em que o segurado teve ciência inequívoca da sua invalidez e da extensão da incapacidade

(RESP 257596/SP, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA,

Com essas considerações, rejeito esta preliminar arguida na contestação.

Em relação à preliminar de falta de documento imprescindível ao exame da questão, no

documento necessária à sua deflagração, cabendo ao Estado – Juiz a avaliação de sua

Passo à análise do mérito.

2. MÉRITO

-

Antes de adentrarmos na seara meritória do feito, cabe frisar, por oportuno, que o acide

matéria em exame deve ser analisada sob a égide da Lei n. 6.194/1974 em vigência à época

11.482/2007 e pela Lei n. 11.945/2009, em estrita observância ao princípio do *tempus regit*

Direito Brasileiro.[1]

Feitas estas considerações iniciais, temos que o art. 3º, *caput* e § 1º, da Lei n. 6.194/1974, e



Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, a vítima:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso comprovadas.

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em componentes funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que a repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) e a percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. (Grifo nosso)

Conforme se verifica do dispositivo acima transcrito, seu inciso II, combinado com o § 1º consequente, o valor da indenização limitado até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) de seu enquadramento no rol de debilidades que compõe o Anexo único da norma citada e

Seguindo os parâmetros delineados na tabela constante no anexo acima mencionado, e noticiado na inicial, resultou à parte autora uma debilidade permanente de 25% (vinte e cinco por cento) correspondendo a R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)

Quanto à lesão da mão direita detectada no laudo pericial, no caso dos autos, a causa FOI SUBMETIDO A CIRURGIA DE OSTEOSSÍNTESE PARA FIXAÇÃO (PLACAS/PINOS) sobre a existência de lesão na mão direita, o que justificaria eventual indenização com plena congruência, deixo de condenar em relação à lesão citada, como forma de evitar prolação de coisa distinta daquela que foi postulada.

Portanto, sendo fato incontroverso que o autor recebeu no âmbito administrativo R\$ 2.000,00 (dois mil reais), não há fundamento para o pedido de complementação de indenização requerido



Sendo assim, pelas razões acima expostas, **julgo improcedente o pedido**, com resolução condenando a parte promovente, por consequência, ao pagamento das custas processuais sobre o valor da causa, na forma do art. 85, §§ 2º e 6º do CPC, cuja cobrança ficará suspensa.

Em caso de recurso de apelação, intime-se a parte contrária para querendo apresentar contrarrazões, decorrido o prazo assinalado, com ou sem resposta da parte apelada, remetam-se independentemente de nova conclusão (art. 1.010, § 3º, CPC/2015).

Havendo interposição de recurso adesivo pela parte apelada, intime-se a parte apelante para cumprindo-se em seguida a determinação acima, quanto à parte final (art. 1.010, § 2º, CPC).

Não havendo a interposição de recurso nos autos, certifique o trânsito em julgado e, requeira o procedimento legal.

Libere-se em favor do(a) perito(a) nomeado(a) os valores devidos.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Campina Grande , 16 de setembro de 2020.

Ely Jorge Trindade

Juiz de Direito

[1]Nesse sentido: APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. Acidente de trânsito ocorreu **caso é a da época em que se deu o sinistro**, ou seja, a Lei 6.194/74, no seu texto original. Desnecessidade de comprovação de todos os requisitos legais na época do sinistro. Direito adquirido. [...] (Apelação Cível Nº 70006726574, Sexta Câmara Cível do TJPB, Rel. Des. Acácio de Oliveira, 1ª Turma, 11/09/2019, DJP 11/09/2019, p. 100, nosso)



